

ENTREVISTA

Para Franco, fluxo de capital deve estabilizar-se

Estado - Qual a sua expectativa em relação à aprovação das medidas no Congresso? O senhor preve muita dificuldade?

Franco - Não. Acho que não. Existe um senso de urgência que é muito natural em a toda sociedade e seus representantes. Acho que esse esforço, diferentemente dos outros, tem a intenção de resolver um problema que existe há mais de duas décadas que é o desequilíbrio fiscal. Ou seja, com o esforço se procura mudar instituições ligadas à política fiscal para que a sociedade melhor decida como ela quer fazer o equilíbrio entre seus desejos, expressos em despesas, com suas possibilidades, ou recursos, que ela coloca à disposição do Estado. Isso tem de ser feito nas três esferas de governo. É preciso ter instrumentos para que a sociedade possa participar no município, no Estado e no plano federal, da discussão sobre como equilibrar as contas. Quanto mais transparência, melhor. É preciso que as pessoas prestem atenção no que o prefeito, por exemplo, está colocando os recursos do município.

Estado - Experiências próximas disso só os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) fizeram até agora...

Franco - A experiência do PT é mais de consultar a comunidade sobre onde vai gastar. Consultar a comunidade sobre como vai reduzir o gasto, ou aumentar o imposto, para fazer o gasto ser igual à despesa é que é a novidade.

Estado - O senhor não acha que, nos primeiros quatro anos de mandato do presidente Fernando Henrique, faltou dar mais prioridade à agenda do ajuste fiscal?

Franco - A agenda pode ser absolutamente enorme com todas as coisas que mudam o Brasil para melhor. Porém, estas agendas têm de ser proporcionais ao que, realistica-

mente, é possível decidir no âmbito do Congresso Nacional. Nós fizemos muita coisa nestes quatro anos. Muito mais do que se poderia imaginar há cinco anos. Hoje estamos com o maior programa de privatização do mundo. Já privatizamos US\$ 68 bilhões. Supera o programa da Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra da Inglaterra), que privatizou US\$ 43 bilhões e, ainda, temos outros US\$ 50 bilhões para privatizar. Só os efeitos disso, do ponto de vista de transformar a maneira como o Estado funciona, são extraordinários. E não foram poucas as energias nem o tempo gasto para executar esse programa. Muitas coisas foram feitas e muitos progressos foram alcançados. Sempre faltará alguma coisa. Mas olhar para o que falta fazer não deve ser uma crítica a ter feito pouco. Fizemos muito.

**RESERVAS
AINDA VÃO CAIR,
MAS NADA QUE
PREOCUPE**

Estado - Como o governo vai negociar com o Congresso para que o ajuste seja feito de forma rápida e eficaz?

Franco - Nós temos de agir em duas frentes. Temos de agir na modificação institucional permanente do regime fiscal e em medidas de curto prazo que ajustam os números necessários com rapidez. Para o ano de 1999 e os dois anos seguintes, conforme o programa que está sendo desenhado, me parece mais importante a parte permanente. A parte de mudança institucional que coloca todo o esforço numa perspectiva inteiramente diferente, que é a do País discutindo o assunto. É um desafio à democracia que, no plano político, está madura e consolidada.

Mas no modo como são discutidos politicamente os temas da economia ainda precisamos evoluir.

Estado - Enquanto isso, o País continua perdendo reservas. A partir de que - do ajuste ou do acordo com o FMI - é quando o País poderá estancar essas saídas?

Franco - A expectativa que se tem é que o ritmo de saídas corresponda às amortizações que estão programadas. Tem ainda um resto de amortizações de operações de curto prazo, referente a operações de 63 Caipira (recursos destinados ao financiamento agrícola), uns US\$ 2 bilhões, e recursos dos fundos de renda fixa, mais US\$ 1 bilhão. Ao mesmo tempo, tem entradas previstas que são de três naturezas: as comerciais, de exportação e de importação, que são os adiantamentos para financiar as exportações contra as importações.

Estado - Mas esse dinheiro também não está entrando.

Franco - Em geral, o resultado dessas operações é positivo e agora está diferente por causa da escassez de linhas de comércio e preços mais caros. Mas a tendência é voltar a ficar positivo. Outro tipo de entrada é a rolagem natural de empréstimos intercompanhias, que tem ocorrido durante todo esse período. E o terceiro são os investimentos diretos, que continuam num ritmo bastante bom. O que ocorre é que, tanto do lado das saídas como das entradas, a situação é que se tem valores grandes aparecendo em dias específicos.

Tem dias que entra um dinheiro grande e outro dia que não acontece muita coisa. Tem outro dia que tem uma amortização grande de 63 Caipira. Aí, outro dia com entradas. Então, temos tido um fluxo cambial com grandes oscilações.

Estado - Qual a tendência do fluxo no curto prazo?

Franco - A tendência é estabilizar. Ainda vamos ter um pouco de perda de reservas, mas nada que nos preocupe. Acabou. Houve uma

grande saída do hot money, outras saídas de arbitragem, principalmente antes dos juros aumentarem, e, ainda, tivemos as empresas brasileiras comprando seus papéis no exterior, que ficaram com preços convitativos. Houve remessa de dividendo a mais por causa do período eleitoral, o que é normal. Agora, passado este momento que não se tem mais hot money e as arbitragens não estão mais interessantes, há o problema de o mercado estar paralisado lá fora. Então fica este marasmo que nós estamos vendo. Com a conclusão dos entendimentos com o FMI teremos um evento que vai mudar qualitativamente o panorama dos mercados internacionais para países emergentes e para o Brasil. Os impactos serão variados. Poderão ser moderados pela atmosfera internacional, que não está boa entre eles. Mas nossa parte será significativa para resolver a nossa situação.

Estado - Isso significa que, apesar do acordo com o FMI e do ajuste fiscal, os fluxos serão moderados e o Brasil ainda pode perder mais reservas?

Franco - É possível, mas em volumes que não vão assustar.

Estado - As reservas fecham este ano em US\$ 45 bilhões ou muito abaixo disso?

Franco - Essa é uma previsão difícil porque tem um acordo que, de repente, vem um dinheiro grande que acresce as reservas. É difícil prever.

Estado - Como o dinheiro do FMI será posto à disposição para o Brasil, será decidido nas negociações desta semana em Washington? O senhor já disse que os recursos poderão ir direto para as reservas ou apenas colocados à disposição do País.

Franco - Ainda não está decidido. Se forem apenas colocados à disposição, serão estabelecidos os critérios para usarmos, ou não, o dinheiro.

Estado - Antes de fechar o acordo, no entanto, o FMI vai cobrar as linhas do ajuste, não é?

Franco - O Fundo será informado das medidas, de uma forma genérica, para ter noção do que é factível.

Estado - Como o senhor traçaria o desenho do Brasil de 1999? Será um Brasil com desaquecimento?

Franco - Acho que é momento de o Brasil encarar o seu futuro de forma bastante realista. Ser capaz de olhar o governo como expressão de si próprio, seus desejos e suas possibilidades, definindo, exatamente, como quer que seu futuro seja. Acho que, do ponto de vista social, pode ser um processo extremamente rico.

Estado - E quem estiver desempregado? Essa pessoa não estará interessada em discutir um modelo de País?

Franco - Para que este processo se dê com o menor nível possível de

desemprego e dificuldades, do ponto de vista do crescimento, tem de ser feito com rapidez. Conceitualmente, não há nada que indique que, se o governo diminuir, necessariamente a economia tem de entrar em recessão. Por essa teoria, o governo seria a única fonte de prosperidade da Nação. Isso não é verdade. No momento em que o governo diminui, o setor privado pode crescer, tomando o lugar. O processo de privatização não é nada mais que isso. Reduzir despesa e aumentar imposto só será recessivo se for pouco, se não for feito na medida certa.

Estado - Mesmo aumentando imposto?

Franco - Mesmo com o aumento de imposto você pode ter uma economia que se aquece, se isso for feito num sistema onde a confiança é restaurada, as taxas de juros caem e as pessoas sentem-se estimuladas para comprar. Eu me recuso a pensar que reduzir o tamanho do governo seja recessivo necessariamente.

Estado - Depois dos sustos de outubro do ano passado e de setembro deste ano, quando os juros foram aumentados da noite para o dia, é possível um cenário de discussão sem desaquecimento?

Franco - São duas coisas. Será um processo rico, mas não será indolor nem com poucas tensões que o Brasil decidirá fazer o Estado viver dentro de seus próprios meios. E se esse processo for rápido e conseguir restaurar confiança do setor privado, os impactos contracionistas serão muito pequenos. Eu não sou necessariamente pessimista em relação a 99, se o Brasil encarar o desafio com a energia que é necessária.